



## EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 1607.018.24

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de **Santana do Acaraú**, por meio da Secretaria Municipal de Educação de **Santana do Acaraú**, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 231101/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data do Fim do Recebimento de Proposta: **22/07/2024**

Horário do Fim do Recebimento de Proposta: **08h00m**

Link: **<https://www.licitanet.com.br>**

email: **[licitacao@santanadoacarau.ce.gov.br](mailto:licitacao@santanadoacarau.ce.gov.br)**

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAU-CE**, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital de Contratação Direta e seus anexos.
- 1.2. A contratação será por valor global.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### 2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Municipal, disponível no endereço eletrônico **<https://www.licitanet.com.br/>**.
  - 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal do Sistema Eletrônico, para acesso ao sistema e operacionalização.
  - 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
  - 2.2.1. que não atendam às condições deste Edital de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa



- da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) fornecedor que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - f) fornecedor que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
  - 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
  - 2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.
- 2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item, ou envio através do email **licitacao@santanadoacarau.ce.gov.br**.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Edital de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.



- 3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 3.4.1. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;
- 3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:
- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A assinalação do campo "não", nesse item, apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- 3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável, conforme o caso.
- 3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste Edital.
- 3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Edital de Contratação Direta;



- 3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
- 3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Edital.

**Nota Explicativa:** Atentar se o sistema já possui essa funcionalidade instalada. Caso não tenha, suprimir o subitem 3.10 e itens subordinados. Se já houver a funcionalidade, a previsão deve ser mantida.

#### 4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Edital de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Edital.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Edital de Contratação Direta.
- 4.3.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### 5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora não atender ao estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor oferta, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de



- sua proposta permanecer acima do preço estimado definido para contratação.
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. contiver vícios insanáveis;
  - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
  - 5.5.3. apresentar preço inexequível ou permanecerem acima do estimado definido para a contratação;
  - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de melhor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente lance global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
  - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 5.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Edital de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
  - 5.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;
  - 5.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.
- 5.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.9. Erros no preenchimento da proposta de preço não constituem motivo para sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



- 5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da proposta passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Contratação Direta.

## 6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO - TERMO DE REFERENCIA** deste Edital e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores poderá ser verificada por meio do Cadastro de Fornecedores do Município - CRC, nos documentos por ele abrangidos.



- 6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Cadastro de Fornecedores do Município - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital de Contratação Direta.
- 6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.
- 6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta.
- 7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2024 prorrogável conforme previsão nos anexos a este Edital de Contratação Direta.
- 7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 8. SANÇÕES



8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



- 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. O procedimento será divulgado no Sistema de Dispensa Eletrônica, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e no Portal Eletrônico Oficial do Município.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente Edital com uma nova data;
  - 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de mercado que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se a(s) melhor(es) oferta(s), sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Edital de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Edital de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 9.13.1. ANEXO I – Termo de referência;
- 9.13.2. ANEXO II – Modelo de Proposta
- 9.13.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato;

Santana do Acaraú/CE, 17 de julho de 2024.

**ANTONIO JUNIOR** Assinado digitalmente por  
**CARNEIRO:** ANTONIO JUNIOR  
**41909674320** CARNEIRO:41909674320  
Data: 2024.07.17 13:46:  
45-03'00'

**Antônio Júnior Carneiro**  
**Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação**



## TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TR.24.06.28.A99-01 - DATA: 09/07/2024		
Responsável:	JOSÉ MILTON DE OLIVEIRA NETO	
Categoria:	SERVIÇO	
Descrição	Unid. Medida	Quant
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO); INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO); INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	12
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	9
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	12
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	12
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	9
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	60
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	4
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA .	METRO QUADRADO	9
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI ; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI ; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	9
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	7
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	4
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	4



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ**

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



<b>CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA</b> CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	8
<b>CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA</b> CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	10
<b>CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA</b> CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	8
<b>CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA</b> CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	8



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



## ESTIMATIVA DOS PREÇOS

Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO); INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	12	243,67	2.924,04
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	301,33	2.711,97
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	12	312,33	3.747,96
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	12	243,67	2.924,04
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	301,33	2.711,97
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	60	312,33	18.739,80
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	4	357,67	1.430,68
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	243,67	2.193,03
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI ; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	301,33	2.711,97
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	7	312,33	2.186,31
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	4	357,67	1.430,68
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	4	301,33	1.205,32
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	8	243,67	1.949,36
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	10	312,33	3.123,30
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	8	243,67	1.949,36
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	8	312,33	2.498,64

### 1. OBJETO

A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS DE CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE



JANELAS, PORTAS E PORTÕES DE METAL, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAU - CE.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de prestação de serviços metalúrgicos de confecção e instalação de janelas, portas e portões de metal esta fundamentado no inciso II do art. 75 da lei 14.133/2021, Decreto municipal nº 071202/23 que dispõe sobre a dispensa de licitação para contratações de serviços e compras e Estudo Técnico Preliminar acostado aos autos.

## 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços de metalurgia para atuação junto às escolas públicas municipais se justifica pela necessidade de contar com profissionais especializados para realizar a manutenção e reparo de estruturas metálicas, bem como a confecção de novas estruturas que envolvem as atividades da Secretaria de Educação. A atuação da Secretaria envolve a garantia de um ambiente seguro e funcional para o funcionamento das escolas, sendo fundamental contar com o suporte de especialistas para assegurar que essas necessidades estruturais estejam em conformidade com as normas vigentes.

Além disso, a contratação de uma equipe de serviços metalúrgicos proporciona maior segurança e respaldo técnico para as ações da Secretaria, contribuindo para a transparência e eficiência na gestão do órgão. A presença de profissionais capacitados para realizar e orientar sobre questões de metalurgia também auxilia na prevenção de possíveis problemas estruturais, evitando prejuízos e garantindo a qualidade e segurança das instalações escolares. A Secretaria de Educação de Santana do Acaraú, ao não dispor de equipe técnica própria para tais serviços, justifica a contratação de empresa especializada para atender às suas demandas.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 A descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de contratação.

4.2 Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. Ademais, a contratação do referido serviço deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 071202/23, as cláusulas contratuais a serem demonstradas em minuta prévia, e demais condições a seguir:

5.2. Considerando o descrito supra, os serviços, objetos desta contratação, têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

5.4. A execução dos serviços objeto da futura contratação deverá ser realizada, em regra, diretamente pela contratada, por intermédio de equipe técnica de profissionais com formações técnicas adequadas e experiências anteriores na execução de serviços técnicos semelhantes, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas neste documento.

5.5. Os presentes requisitos de contratação foram elencados levando-se em consideração as peculiaridades do serviço a ser prestado.

5.6. Os serviços possuem natureza continuada ou não, em função de sua essencialidade, visando atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meio do órgão.

5.7. Este estudo foi elaborado para a contratação de prestação de serviços de serviços metalúrgicos.

5.8. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

5.9. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação;

5.10. A vigência inicial do contrato será até 31 de dezembro de 2024, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovado a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade;

5.11. Em síntese, a contratada deverá obedecer às regras estabelecidas no edital de licitação, termo de referência, contrato e proposta, bem como os seus respectivos documentos complementares, conforme o caso.

5.3. A(s) contratada(s) deverá(ão) declarar que atendem aos requisitos de habilitação, e os declarantes responderão pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.4. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

5.5. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

### 6. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. Os serviços deverão ser executados 31 de dezembro de 2024, a contar da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS ou ASSINATURA DO CONTRATO.

5.1.2. Os serviços deverão ser executados junto as escolas ou nos locais determinados pela CONTRATANTE, através da ordem de serviços.

5.2. Condições de execução:

5.2.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.2.1.1. Início da execução do objeto dar -se à da emissão da ordem de compra ou da assinatura do contrato o que ocorre primeiro;

5.2.2. LOCAIS DE EXECUÇÃO: Os locais serão determinados por ordem de serviços da Secretaria contratante.

5.2.2.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO: As entregas deverão ser realizadas em dias úteis, nos horários das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

5.2.2.2. PRAZO DE EXECUÇÃO: A Execução será parcelada conforme a necessidade da Secretaria Requisitante, sendo que os serviços deverão ser executados no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da ordem de serviço.

5.2.3. Verificada a desconformidade de algum dos serviços, a licitante será notificada e deverá reparar de maneira imediata, sujeitando-se às penalidades previstas neste TR.

### 7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo -se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos nos termos da art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

- A contratante é obrigada a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de Portaria, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



exijam medidas corretivas por parte da contratada;

- A fiscalização será exercida no interesse do Município de Santana do Acaraú/CE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos.

Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do contrato.

- Caberá ainda ao fiscal do Contrato as seguintes atribuições (Artigo 12 subseção V do Decreto Municipal nº 071202/23, de 07 de dezembro de 2023):

- I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- III - proceder, conforme cronograma físico -financeiro, às medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- IV - adotar medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar -se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução da obras;
- V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- VI - proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam ou estejam comprometendo o bom andamento dos serviços;
- X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XI - verificar a correta aplicação dos materiais;
- XII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XIII - realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- XIV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- XV - No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:
  - a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
  - b) dar vistas ao diário de obras, certificando -se de seu correto preenchimento;
  - c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- XVI - outras atividades compatíveis com a função.

### GESTOR DO CONTRATO

- Caberá ainda ao fiscal do Contrato as seguintes atribuições (Artigo 10 subseção IV do Decreto Municipal nº 071202/23, de 07 de dezembro de 2023)

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico -financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- VII - outras atividades compatíveis com a função.

### 8. CRITÉRIO E MEDIÇÕES DE PAGAMENTO

A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) a nota fiscal fatura serviço – NFFS deverá estar acompanhada do relatório de execução dos serviços devidamente atestado pela unidade contratante, referente ao mês do faturamento, devidamente assinados pelas partes.
- As notas fiscais de serviços ou faturas serão encaminhadas para a Unidade do CONTRATANTE: a) A administração da Unidade adotará providências junto ao fiscal do contrato, visando a atestação da execução do serviço. b) O fiscal



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



do contrato registrará, nas notas fiscais de serviço ou fatura, as ocorrências que importem em glosa de valores, indicando o motivo e o valor a ser glosado, devendo observar as condições ajustadas. c) As notas fiscais de serviço ou faturas, depois de atestadas, deverão ser devolvidas pela Secretaria da contratante, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado do recebimento do documento.

### Recebimento do Objeto:

- a) Os bens, materiais e produtos, serão recebidos:
- b) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em até 03 (dias) dias do recebimento provisório.
  - b.1) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando -se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
  - b.2) Não serão aceitas as notas fiscais que forem faturadas em desconformidade com a Ordem de Fornecimento.
  - b.3) Os bens poderão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.
  - b.4) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

### Liquidação:

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo legal para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.  
O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo -se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

### Prazo de pagamento:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da finalização da liquidação da despesa. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP -M/FGV de correção monetária.

### Forma de pagamento:

- O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, a ser indicado pelo mesmo.
- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) NO CASO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) NO CASO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA OU EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA -



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU**  
Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



- EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) NO CASO DE SOCIEDADE SIMPLES: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou Órgão Equivalente, do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais;
- d) NO CASO DE EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA EM FUNCIONAMENTO NO PAÍS: decreto de autorização expedido pelo órgão competente; os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto podendo ser substituídos, preferencialmente, pela respectiva consolidação;
- e) NO CASO DE SOCIEDADE POR AÇÕES: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrados pela Junta Comercial do domicílio sede do licitante, acompanhado de cópia de identidade, CPF e comprovação de eleição de seus administradores atuais.
- f) NO CASO DE COOPERATIVA: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- g) Em se tratando de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCEMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).
- h) CÓPIA DE DOCUMENTO OFICIAL COM FOTO E CPF: de Sócio Administrador ou do titular da empresa ou outro documento oficial de identificação com foto válido na forma da lei OBS: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser feita através da Certidão de regularidade de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), emitidas pela Receita Federal do Brasil na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- d) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através de Certificado de Regularidade (CRF);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão de regularidade, nos termos do Título VII - A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto - Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, conforme Lei 12.440, de 07 de julho de 2011.

**QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II)

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento executados, obrigatoriamente pertinente e compatível com o objeto desta licitação, conforme Termo de Referência, expedido por entidade pública ou privado, usuária do bens/serviço em questão, comprovando que forneceu, satisfatoriamente, o objeto deste edital ou outro semelhante, bem como prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. Somente serão considerados válidos os atestados com timbre da entidade expedidora e com identificação do nome completo do emitente. O atestado deverá ser datado e assinado por pessoa física identificada pelo nome e cargo exercido na entidade, estando às informações sujeitas à conferência pelo agente de contratação ou quem este indicar.

**DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

- a) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ**  
Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



contratação é de R\$ 54.438,43 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos), conforme custos unitários apostos no anexo II do Estudo Técnico Preliminar, com base nas pesquisas de preços realizadas na forma do regulamento. Justificativa quanto ao sigilo do orçamento: Não haverá caráter sigiloso para a

### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: 2.042 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Fonte de Recursos -150.0100.100 Elemento de despesa 3.3.90.39.00.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

*Santana do Acaraú-CE, 9 de Julho de 2024.*

**José Milton de Oliveira Neto**  
Equipe de Planejamento

**José Milton de Oliveira Neto**  
Equipe de Planejamento

  
**José Milton de Oliveira Neto**  
Equipe de Planejamento

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ**  
<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmsantanadoacarau/etp>  
CHAVE: a9986cb066812f440bc2bb6e3c13696c





## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.24.06.28.A99-01 - DATA: 28/06/2024

Categoria: SERVIÇO

### DESCRIÇÃO DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAÚ/CE

### CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

Este documento trata da demanda para a prestação de serviços especializados em metalurgia junto às escolas públicas municipais, Considerando o descrito supra, os serviços, objetos desta contratação, têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Unidade Requisitante: Secretaria de Educação do Município de Santana do Acaraú/CE.

O presente Estudo Técnico Preliminar está fundamentado nos ditames da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Nº 071202/2023.

### DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços de metalurgia para atuação junto às escolas públicas municipais se justifica pela necessidade de contar com profissionais especializados para realizar a manutenção e reparo de estruturas metálicas, bem como a confecção de novas estruturas que envolvem as atividades da Secretaria de Educação. A atuação da Secretaria envolve a garantia de um ambiente seguro e funcional para o funcionamento das escolas, sendo fundamental contar com o suporte de especialistas para assegurar que essas necessidades estruturais estejam em conformidade com as normas vigentes.

Além disso, a contratação de uma equipe de serviços metalúrgicos proporciona maior segurança e respaldo técnico para as ações da Secretaria, contribuindo para a transparência e eficiência na gestão do órgão. A presença de profissionais capacitados para realizar e orientar sobre questões de metalurgia também auxilia na prevenção de possíveis problemas estruturais, evitando prejuízos e garantindo a qualidade e segurança das instalações escolares. A Secretaria de Educação de Santana do Acaraú, ao não dispor de equipe técnica própria para tais serviços, justifica a contratação de empresa especializada para atender às suas demandas.

### DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação da empresa para prestação de serviços metalúrgicos junto às escolas públicas municipais de Santana do Acaraú-CE está prevista no plano de contratação anual 2024, em conformidade com a nova Lei de Licitações 14.133.

### DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Considerando o descrito supra, os serviços, objetos desta contratação, têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
3. A execução dos serviços objeto da futura contratação deverá ser realizada, em regra, diretamente pela contratada, por intermédio de equipe técnica de profissionais com formações técnicas adequadas e experiências anteriores na execução de serviços técnicos semelhantes, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas no Termo de Referência.
4. Prazo para recebimento dos serviços, bem como critérios de pagamento, serão detalhados no Termo de Referência.
5. Os presentes requisitos de contratação foram elencados levando-se em consideração as peculiaridades do serviço a ser prestado. Trata-se de serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
6. Os serviços possuem natureza continuada ou não, em função de sua essencialidade, visando atender à



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades meio do órgão.

7. Este estudo foi elaborado para a contratação para prestação de serviços metalúrgicos.
8. A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.
9. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.
10. A vigência inicial do contrato será até 31 de dezembro de 2024, com possibilidade de prorrogação nos termos e prazos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021, desde que seja comprovada a sua vantajosidade e que os serviços tenham sido prestados com eficiência e qualidade.
11. Em síntese, a contratada deverá obedecer às regras estabelecidas no edital de licitação, termo de referência, contrato e proposta, bem como aos seus respectivos documentos complementares, conforme o caso.
12. Procedimentos e rotinas de execução serão detalhados no Termo de Referência.

### LEVANTAMENTO DE MERCADO

#### ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SEREM CONTRATADAS

A quantidade foi estimada levando em consideração as escolas municipais pertencentes ao município de Santana do Acaraú, sendo aproximadamente 20 escolas e seus respectivos anexos as quais necessitarão dos serviços a serem contratados.

Dessa forma, a presente contratação encontra-se alinhada às ações relacionadas ao bem estar dos discentes e docentes e a qualidade dos serviços prestados pela Secretaria de Educação de Santana do Acaraú.

#### LEVANTAMENTO DE MERCADO

1. Em atendimento ao inciso V, do §1º, art. 18 da Lei 14.133/2021, foi realizado um amplo levantamento de mercado com o objetivo de prospectar e analisar soluções para a contratação pretendida, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração, sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. Este levantamento incluiu a análise de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas através do site Licitações | TCE Ceará, bem como a análise de históricos de contratações anteriores feitas pela própria Secretaria de Educação de Santana do Acaraú.
2. Solução 1: CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS METALÚRGICOS, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, BEM COMO CONFECÇÃO DE NOVOS PRODUTOS PADRONIZADOS.
3. Solução 2: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS.
4. Solução 3: AQUISIÇÃO DE JANELAS, PORTAS E PORTÕES DE METAL.

As soluções 1 e 2 apresentadas são a modalidade de contratação proposta amplamente utilizadas pela Administração Pública, conforme verificado em consultas em órgãos. A licitação e contratação nos moldes descritos na solução 1 e 2 mostram-se claramente como a melhor opção, visto que a solução 3 apresentada, é considerada inviável devido à Secretaria de Educação não possuir em seu quadro de servidores profissionais capacitados para desempenhar as atividades de instalações dos produtos necessários para atendimento da demanda.

Portanto, a contratação de serviços de confecção e instalação de janelas, portas e portões de metal, é a alternativa viável e a que melhor se amolda à necessidade da contratação em questão.

#### ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valores para esta contratação foi elaborada através de pesquisas de preços realizadas a partir dos parâmetros e métodos descritos no §1º do art. 23 da Lei Nº 14.133, visando à escolha da melhor solução para a contratação e à análise de sua viabilidade.

O valor estimado global é de R\$ 52.160,00 (cinquenta e dois mil e cento e sessenta reais) e o detalhamento pode ser verificado no Anexo II deste documento.

#### ESTIMATIVA DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Descrição	Unid. Medida	Quant
CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO); INCLUSO PINTURA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO); INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	12
CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.	METRO QUADRADO	9



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	12
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	12
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	9
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	60
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	4
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	9
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	9
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	7
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	4
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	4
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	8
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	10
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	8
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA <i>CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA.</i>	METRO QUADRADO	8

## ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	12	243,67	2.924,04
CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	301,33	2.711,97



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	12	312,33	3.747,96
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	12	243,67	2.924,04
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	301,33	2.711,97
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE JANELA DE METAL, FIXA, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	60	312,33	18.739,80
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	4	357,67	1.430,68
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO DE 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	243,67	2.193,03
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO LAMBRI ; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	9	301,33	2.711,97
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	7	312,33	2.186,31
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO CHAPEADA (CHAPA LISA 1,25MM); INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	4	357,67	1.430,68
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE METAL, DE CORRER, TIPO LAMBRI; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	4	301,33	1.205,32
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	8	243,67	1.949,36
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE ABRIR, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	10	312,33	3.123,30
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO FERRO 1/2 QUADRADO; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	8	243,67	1.949,36
CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÃO DE METAL, DE CORRER, TIPO METALON; INCLUSO PINTURA	METRO QUADRADO	8	312,33	2.498,64

O setor de compras competente após realização de pesquisas de preços com fornecedores por meio eletrônico (E - mail, Banco de preço públicos praticados, sites e links da internet) constatou que o preço médio estimado global para esta contratação é de **R\$ 54.438,43 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos)**.

## DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

1. Após a conclusão dos estudos a solução definitiva possui a seguinte descrição:

- 1.1. A contratação em tela preverá a prestação de serviços metalúrgicos de confecção e instalação de janelas, portas e portões de metal, para atender as demandas da secretaria de educação do município de Santana do Acaraú - CE.
2. A empresa contratada deverá alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento do objeto deste Estudo, fornecendo as ferramentas, os materiais, equipamentos e utensílios



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

3. A Contratada deverá fornecer aos empregados destacados para a prestação dos serviços os equipamentos de segurança necessários à execução.

A empresa contratada deve garantir a qualidade dos serviços, cumprindo as exigências legais, especificações técnicas, como também a qualidade dos materiais a serem utilizados na confecção dos produtos conforme solicitados na ordem dos serviços.

### JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O art. 40, V, alínea "b" da Lei 14.133/2021 dispõe que às aquisições de produtos realizadas pela Administração atenderão ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. A divisão em lotes segmentados por características semelhantes e comuns ao mercado serve como estratégia competitiva na concorrência de preços, uma vez que permite aos fornecedores especializados em uma linha de produtos, oferecerem maiores descontos na composição do preço de um lote.

Vale ressaltar que tal preceito não configura-se uma exigência absoluta, sendo admitida a exceção ao parcelamento quando o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, nos termos do §3º, II do Art. 40 da Lei 14.133/2021.

Diante de tal realidade, a Administração deve buscar mecanismos participativos que envolvam o maior número possível de fornecedores, visando à competitividade, definindo critérios e condições nos termos da legislação que regulamenta os procedimentos licitatórios objetivando-se tutelar a credibilidade e lisura da própria licitação pública, sem conduzir, no entanto, o processo à burocratização e ao detalhismo que podem levar à ausência de interessados no certame e à falta de propostas.

No presente caso, mostra-se apropriada a reunião dos itens em lotes, tendo em vista que, a partir a íntima relação das especificações que os produtos guardam entre si, verificou-se que o parcelamento da solução em itens individuais implicaria em um potencial prejuízo para a Administração, considerando a possível ocorrência de desconformidades entre os produtos que podem se manifestar de diversas formas, principalmente quanto às suas conformidades técnicas, características essas que devem ser, necessariamente, compatíveis entre si, por estes itens constituírem sistema único e integrado, havendo a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

Considerando-se, portanto, a estrita relação que os itens guardam entre si, o agrupamento da solução mostra-se como medida que não implica na criação de condições que concedam preferências ou que frustre o caráter competitivo e isonômico da contratação, visto que o potencial prejuízo provocado pelo parcelamento do objeto comprometeria a viabilidade técnica, a padronização e a economicidade da presente contratação.

Diante do exposto, objetivando evitar a ocorrência de eventos negativos que impactem no regular prosseguimento da presente demanda, sugere-se o agrupamento dos itens em lotes por se mostrar como alternativa economicamente viável e capaz de proporcionar ampliação da competitividade sem perda da economia de escala à Administração, como autorizam o artigo 40, § 3º, II, da Lei n. 14.133/2021, quando preconiza que se o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido, o parcelamento não será adotado.

### ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

O alinhamento da demanda se deu por meio do DFD, documento que formalizou a necessidade de contratação de empresa para serviços metalúrgicos. Em seguida, foi realizada a cotação de preços e elaborado o ETP, estudo técnico preliminar, conforme previsto na Lei 14.133 de licitações públicas. O planejamento inclui a manutenção e reparos das estruturas metálicas das escolas municipais, garantindo a segurança e a adequação dos espaços físicos para o ensino fundamental, de acordo com as normas técnicas vigentes.

### RESULTADOS PRETENDIDOS

Os benefícios diretos que o órgão almeja com a contratação de uma empresa para prestação de serviços metalúrgicos incluem a manutenção das infraestruturas e equipamentos necessários para o bom funcionamento das atividades educacionais, melhoria dos serviços prestados e a promoção da política de gestão de recursos materiais, visando garantir a qualidade e a segurança das instalações escolares, essenciais para a efetividade das ações educacionais da Secretaria de Educação do Município de Santana do Acaraú - CE.

### POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAU

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



A contratação de uma empresa para prestação de serviços metalúrgicos para atender a demanda da Secretaria de Educação do município de Santana do Acaraú/CE pode gerar impactos ambientais significativos. A atividade metalúrgica envolve o uso de materiais como metais, produtos químicos e energia, que podem resultar em emissões de poluentes atmosféricos, contaminação do solo e da água, além de gerar resíduos perigosos.

Além disso, o processo de fabricação de produtos metálicos pode consumir grandes quantidades de água e energia, contribuindo para o esgotamento dos recursos naturais e para o aumento das emissões de gases de efeito estufa. A extração de minérios para a produção de metais também pode causar impactos negativos, como a degradação de ecossistemas e a perda de biodiversidade.

Para mitigar os impactos ambientais gerados pela atividade metalúrgica, é fundamental que a empresa contratada adote práticas sustentáveis em todas as etapas do processo, como a utilização de tecnologias limpas, a redução do consumo de recursos naturais, a gestão adequada dos resíduos gerados e o monitoramento constante dos impactos ambientais. Além disso, é importante que a empresa esteja em conformidade com a legislação ambiental vigente e que promova a conscientização dos seus colaboradores sobre a importância da preservação do meio ambiente.

### CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão não é correlato e nem interdependente. A clareza na definição de relações entre objetos é essencial.

### PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Realizar um levantamento das necessidades de serviços metalúrgicos das escolas municipais de Santana do Acaraú, a fim de identificar os serviços especializados necessários para atender às demandas de infraestrutura do município.
2. Elaborar um termo de referência detalhado, contendo os objetivos, metas, prazos e critérios de avaliação do contrato, de acordo com a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria de Educação.
3. Realizar um processo de seleção de empresas especializadas em serviços metalúrgicos, com base em critérios técnicos e de capacidade técnica e financeira, por meio de licitação pública, garantindo a transparência e a competitividade no processo de contratação.
4. Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, fornecendo informações sobre as atividades a serem desenvolvidas pela empresa contratada, os indicadores de desempenho a serem monitorados e os procedimentos para a avaliação da qualidade dos serviços prestados.
5. Estabelecer um plano de acompanhamento e monitoramento do contrato, com visitas técnicas periódicas às escolas atendidas, reuniões de avaliação com a empresa contratada e relatórios de desempenho para garantir a efetividade da prestação dos serviços.
6. Realizar uma avaliação contínua da qualidade das infraestruturas das escolas, com base nos serviços prestados, a fim de identificar possíveis melhorias e garantir o alcance dos objetivos estabelecidos.
7. Promover a integração entre a empresa contratada, os profissionais da educação e a comunidade escolar, por meio de ações de formação continuada, workshops e eventos educacionais, visando fortalecer a parceria e o comprometimento com a qualidade das infraestruturas escolares no município.
8. Garantir a transparência e a prestação de contas à sociedade, por meio da divulgação dos resultados alcançados, da realização de audiências públicas e do acompanhamento dos órgãos competentes.

### DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto, a demandante entende que o modelo de solução proposto se apresenta como a melhor alternativa e declara viável para a organização, atendendo aos principais quesitos de contratação e baseando-se nos princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Eficácia – Os serviços de metalurgia estão especificados de forma a garantir a execução do objeto com prazos para a prestação dos serviços bem definidos, baseando-se em resultados e níveis de qualidade claramente estabelecidos.

Eficiência – A eficiência na execução dos serviços metalúrgicos está assegurada, considerando as exigências e a metodologia de acompanhamento estabelecidas no processo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ

Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú  
07.598.659/0001-30



**Efetividade** – A efetividade na execução dos serviços está vinculada à completude das especificações das necessidades técnicas e temporais, conforme levantado junto à(s) área(s) requisitantes, e está assegurada considerando a inclusão de todas as necessidades nas especificações contidas no processo.

**Economicidade** – A definição dos resultados, vinculados aos níveis de serviços exigidos para cada serviço demandado, proporcionará resultados efetivos por custos justos. As especificações prévias da maioria dos serviços em fase licitatória darão às concorrentes igualdade de condições para provisionar o custo real da contratação.

Portanto, a contratação de empresa para prestação de serviços metalúrgicos para atender à demanda da Secretaria de Educação do Município de Santana do Acaraú - CE se apresenta como a solução mais adequada, garantindo eficácia, eficiência, efetividade e economicidade na execução dos serviços necessários.

### POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Após análise detalhada do objeto de contratação pública para prestação de serviços metalúrgicos para atender a demanda da Secretaria de Educação do município de Santana do Acaraú/CE, concluímos que a contratação é adequada para o atendimento da necessidade a que se destina. A prestação de serviços metalúrgicos é essencial para a manutenção e reparo de equipamentos e estruturas metálicas nas escolas, garantindo um ambiente seguro e adequado para o desenvolvimento das atividades educacionais.

Além disso, a contratação de uma empresa especializada em serviços metalúrgicos proporciona maior eficiência e qualidade na execução dos trabalhos, contribuindo para a durabilidade e bom funcionamento dos equipamentos e estruturas. Dessa forma, a Secretaria de Educação poderá contar com profissionais capacitados e equipamentos adequados para atender às demandas de manutenção, garantindo um ambiente propício para o aprendizado dos alunos e o trabalho dos profissionais da educação.

Portanto, consideramos que a contratação da empresa para prestação de serviços metalúrgicos é fundamental para o atendimento das necessidades da Secretaria de Educação do município de Santana do Acaraú/CE, garantindo a segurança e o bom funcionamento das instalações escolares, bem como contribuindo para a qualidade do ensino oferecido às crianças e jovens da região.

Anexo I – Memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte para escolha da solução;

Anexo II – Pesquisas de Preços e Mapa;

Santana do Acaraú-CE, 8 de Julho de 2024.

  
José Milton de Oliveira Neto  
Equipe de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ  
<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmsantanadoacarau/etp>  
CHAVE: a9986cb066812f440bc2bb6e3c13696c





**ANEXO II**  
**PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

À Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú/CE.

Prezado Agente de Contratação Administrativa,

Apresento nossa proposta de preços referente à Dispensa de Licitação Eletrônica Nº **1607.018.24**, que versa sobre a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS METALÚRGICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAÚ-CE**, Conforme se segue.

Informo inteira submissão às cláusulas e condições existentes no Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica e Projeto Básico, como também aos ditames das Leis e Decretos que regem este procedimento administrativo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

Valor global da Proposta: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Validade da Proposta:

Razão Social:

CNPJ e Inscrição Estadual/Municipal:

Endereço Comercial:

Telefone/E-mail:

Banco, Agência e nº da Conta:

Nome do Representante:

CPF/RG:

Declaro que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta Dispensa de Licitação.

Há pleno acordo com todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Local/data

\_\_\_\_\_  
Identificação e Assinatura do Responsável ou seu Representante Legal



**ANEXO III**  
**MINUTA CONTRATUAL**

TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_/CE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE \_\_\_\_\_, COM (RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA), PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA.

A Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_/CE, com sede no endereço: (Endereço completo do órgão), inscrita no CNPJ/MF nº 00.000.000/0000-00, através da Secretaria Municipal de \_\_\_\_\_, representada, nesse caso, por (cargo ou função da autoridade competente), tendo como Autoridade Competente o(a) Sr.(a) (nome da autoridade competente), portador(a) do CPF nº 000.000.000-00, doravante denominada CONTRATANTE, com (**Razão Social da Contratada**), situada no endereço: (**descrever endereço completo**), inscrita no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada de CONTRATADA, nesse ato representada por (**nome do representante legal da contratada**), portador(a) do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO**

- 1.1. O presente Contrato tem como fundamento:
- 1.1.1. A Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações;
  - 1.1.2. O Decreto Federal nº 10.922/21, Atualização valores de dispensa;
  - 1.1.3. A Dispensa de Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_;
  - 1.1.4. Os Preceitos do Direito Público;
  - 1.1.5. As Disposições do Direito Privado;
  - 1.1.6. Supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. Constitui o objeto do presente Termo de Contrato:.....

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1. A vigência deste Termo de Contrato iniciará com a sua assinatura por um período de \_\_\_\_ (**extenso**) meses, podendo ser prorrogado, conforme o caso, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

**4. CLÁUSULA QUARTA – PREÇO**

4.1. O preço do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

4.2. No(s) preço(s) acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas para atender a demanda desta contratação, estão programadas em dotação orçamentária prevista no Orçamento Geral deste Órgão, conforme a classificação abaixo discriminada:



- Unidade Administrativa: \_\_\_\_\_
- Fonte de Recurso: \_\_\_\_\_
- Projeto/Atividade: \_\_\_\_\_
- Elemento de Despesa: \_\_\_\_\_
- Origem do Recurso: \_\_\_\_\_
- Convênio nº: \_\_\_\_\_ (quando houver)

## 6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

**6.1.** O prazo para pagamento à CONTRATADA será observado de acordo com a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.2.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**6.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

**7.1.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**8.1.** Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo de alteração, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma do Art. 124, Inciso II, Alínea "d", da Lei Federal nº 14.133/21.

## 9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

**9.1.** Não será exigida garantia contratual, porém, a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multa, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

**10.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

**10.2.** No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

**10.3.** O recebimento provisório será realizado por agente público da administração designado para tal fim, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:



**10.3.1.** A contratante realizará inspeção de todos os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

**10.4.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços.

**10.4.1.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

**10.5.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas.

**10.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

**10.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela administração, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **11. CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO**

**11.1.** Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o serviço e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**11.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

**11.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **12. CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

**12.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**12.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**12.4.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos nesse termo e no contrato;

**12.5.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**12.6.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**12.7.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no serviço, fixando prazo para a sua correção,



certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

**12.8.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

**12.9.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

**12.9.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

**12.9.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

**12.9.3.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**12.10.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Projeto Básico e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**13.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.

**13.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**13.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

**13.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**13.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**13.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**14.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto,

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES**

**15.1.** É vedado à CONTRATADA:

**15.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

**15.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

**16.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que, dentro do prazo de vigência contratual.

**16.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes



contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, desde que, dentro do prazo de vigência contratual.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 17.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - 17.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 17.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;
  - 17.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 17.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 17.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 17.1.7.** ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 17.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
  - 17.1.9.** fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 17.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    - 17.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
  - 17.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
  - 17.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 17.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- e) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
  - g) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Edital de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - h) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 17.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 17.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;
  - 17.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 17.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;



**17.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**17.5.** A aplicação das sanções previstas neste Edital de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**17.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**17.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**17.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**17.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**17.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**17.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**18.1.** O presente Termo de Contrato poderá ser Extinto :

**18.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/21, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo;

**18.1.2.** Amigavelmente, nos termos do art. 138 inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21.

**18.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**18.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

**18.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**18.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**18.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**18.4.3.** Indenizações e multas.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – VINCULAÇÃO**

**19.1.** Este Termo de Contrato vincula-se ao Procedimento Administrativo Autorizado para Dispensa de Licitação que o originou, o Projeto Básico, e ainda à proposta mais vantajosa, independentemente de transcrição.



**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS**

**20.1.** Tal como prescrito na lei, a CONTRATANTE e a CONTRATADA não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos, de força maior ou omissos, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo inter partes.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PUBLICAÇÃO**

**21.1.** Incumbirá à Autoridade Competente providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante as disposições contidas No Art. 94 da Lei Federal nº 14.133/21, e ainda, no Portal Eletrônico Oficial do Município.

**22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FORO**

**22.1.** Fica declarado competente o Foro da Comarca do Município de \_\_\_\_\_/CE, para dirimir qualquer questão contratual.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado e depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

\_\_\_\_\_/CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

(assinatura do representante legal da contratante)

(Nome do Signatário)  
(Cargo ou Função)  
CONTRATANTE

(assinatura do(s) representante(s) legal(s) da empresa contratada)

(Nome do Signatário)  
(razão social da empresa contratada)  
CONTRATADA

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA  
NOME  
CPF:

\_\_\_\_\_  
TESTEMUNHA  
NOME  
CPF: